



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Demetrios Ferreira de Aguiar
Nº USP: 812611

A Territorialização e as Hierarquias de Poder do Crime Organizado nas Periferias da Zona Leste de São Paulo

Pesquisa de Trabalho em Geografia para obtenção de
bacharelado, orientado pelo Prof. Dr. César Simoni
Santos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da USP.

São Paulo

2021

Resumo

O presente trabalho pretende contribuir com a Geografia em nível de graduação, através da perspectiva de investigação etnográfica a partir do conceito de “território” e suas variantes de análise difundida na Geografia contemporânea como as concepções de territorialização e micro territorialidades. Nesse sentido, considera-se que o percurso textual, em especial a criminalidade de São Paulo no bairro do Cangaíba na zona leste de São Paulo, possa ser contextualizado e explicado pelas noções e conceitos fundamentais para a ciência geográfica, como é o caso do território, considerando os aspectos do envolvimento e direcionamentos do “comando”, grupo do crime organizado que administra a região e define os rumos e atuação dos agentes envolvidos, que por sua vez configuram a rede do crime e que levam a uma rede organizada no bairro, mas descentralizada no geral, indo contra o senso comum e definindo consequências ao longo da história.

Palavras-chave

Criminalidade. Territorialização. Favelas. Crime Organizado. Geografia Urbana. Zona Leste.

Sumário

Introdução.....	3
Categoria de Território.....	4
A Criminalidade no Cangaíba	7
Redefinição dos Processos da Periferia e o Crime Organizado	9
Hierarquias do “Comando”	12
Discussão Teórica	15
Entre o Crime, a Cidade e a Produção do Espaço	16
A Territorialização e História do Bairro.....	19
Conclusão	21
Bibliografia	23

Introdução

Esta pesquisa de TGI visa tentar compreender através do aporte bibliográfico e levantamento de dados e pesquisas em conjunto com entrevistas, como a estrutura de poder hierárquico do crime, acontece nas favelas no bairro do Cangaíba na zona leste de São Paulo e como ocorreu a territorialização do crime, partindo por um viés etnográfico expondo alguns dos termos das periferias como as chamadas “lojas”, pontos de venda e administração do tráfico. A pesquisa tentará expor os termos usados pelas lideranças do crime organizado nas favelas da região e apontar diferenças com outras localidades, assim como compreender como se deu a territorialização do bairro e a produção sobre o espaço em relação à criminalidade fazendo um levantamento feito na região estudada, tentando entender como ocorre a relação de poder no crime em uma favela do bairro e como se dá a administração das “lojas”, bem como sobre os cargos e funções dos traficantes e milicianos que podem ser conhecidos como “gerentes”, “pais de favela” e “fiscais”.

Esta pesquisa aborda, de um modo específico, a relação atual entre as periferias do bairro do cangaíba na cidade de São Paulo e a relação com o crime instalado no local. De maneira geral, a análise parte de uma etnografia baseada em textos de Biondi (2010), Carlos (2001), Feltran (2008), Lefebvre (1966), Sampaio (2011), Santos (1979) entre outros autores. Sobretudo devido que entre as muitas possíveis relações entre periferias e criminalidade, eu optarei pela que envolva as tensões entre as camadas onde muitas pessoas convivem em contato com a população que habita as favelas e o mundo do crime organizado.

Para responder a essa questão, procuro trabalhar com a descrição etnográfica, entender os termos usados pelos agentes do crime e da administração das “lojas”, “bocas” e “biqueiras” que permitem a circulação das mercadorias e suas relações com as dinâmicas da hierarquia de poder que ocorrem dentro das favelas e fora das mesmas e a relação entre os atores que participam desses mercados e, por fim, os agentes imediatamente encarregados de seu controle para contribuírem com a ocupação e territorialidade.

Até por isso, a literatura usada é marcada por debates sobre a exclusão, criminalidade e a segregação das periferias das cidades e seus moradores, efetivamente, tomada a relação entre sociedade e a política na sua dimensão normativa, o que supõe a existência de igualdade individual no acesso ao direito, é bastante claro que algo aparta

os indivíduos das periferias do todo social (o que termina por segregar as próprias periferias). O argumento pode ser radicalizado quando se lida com os setores jovens destas periferias, submetidos a índices elevados de encarceramento e homicídio (FELTRAN, 2018).

A provocação inicial do trabalho de como ocorre a territorialização dos espaços da criminalidade e como seus agentes, os traficantes, milicianos ou fiscais no caso de São Paulo, atuam e administram esses territórios, anda na direção do discurso público comum e dominante que explica a criminalidade pela ótica de metáforas e mitos, que estão presentes no entendimento de diversas falas do senso comum, como a cidade legal versus cidade ilegal, convivência dos moradores de favelas com os criminosos, banalização da violência e outras (SILVA et al. 2007). Este entendimento, aliado em certa medida a um preconceito, apóia grande parte do conjunto interpretativo que estrutura o entendimento sobre a criminalidade nas favelas e a possibilidade de propostas e medidas para seu verdadeiro controle e redução.

Categoria de Território

Em algumas situações, o território é considerado apenas em seus limites geográficos, para a organização administrativa do atendimento à população, sendo em outros casos, alguns estudiosos compreendem a importância de um olhar mais ampliado sobre o território, mas não conseguem incorporar, em seus processos de trabalho, ações que viabilizem essa interlocução com o território.

O conceito geográfico de território é debatido pela ciência geográfica há um bom tempo. O território surge como um dos conceitos indispensáveis da ciência geográfica, desenvolvendo e trabalhando o termo dessa ciência que veio a começar se constituindo em definições oficiais e institucionais, a partir do século XX. O conceito de território em geografia percorre por uma subjetividade e aponta para uma diversidade de relações e processos, o conceito também mostrou, no desenvolvimento histórico da ciência geográfica, sendo diversas referências, de acordo com o contexto histórico ou o referencial filosófico e ideológico a tratá-lo (FUINI, 2015).

A concepção mais comum de território é a de um espaço geográfico delimitado por divisões administrativas, que hoje dão origem a bairros, cidades, estados e países. O território, portanto, não se restringe às fronteiras entre diferentes estados ou países, mas

é caracterizado pela ideia de posse, domínio e poder, correspondendo ao espaço geográfico socializado, independentemente da extensão territorial (SANTOS 1993).

O conceito vem dos estudos, pesquisas e esforços da proposta de Ratzel (1990), que traz uma discussão acerca da categoria de território dentro e inserida na Geografia para um entendimento mais abrangente do entendimento que outrora era muito mais presente em debates da geografia física e das ciências naturais, investindo de forma necessário à reprodução da sociedade e do Estado.

Ainda segundo Ratzel (1990), a proposta ganha força a Geografia Política e a Antropogeografia. A aplicação do conceito na atualidade é, contudo, bastante diferenciada, pois não só os contextos históricos se alteraram drasticamente, como a própria ciência buscou novos paradigmas, novos métodos e conseqüentemente novos problemas.

Outro autor bastante importante para a discussão e fundamentação teórica pretendida aqui é Raffestin. Seu pensamento está em direção em contraponto com a ideia de Ratzel, ele apresenta suas ideias apontando que Ratzel aborda ainda muito o fator naturalista quanto sociológico, mas seria errôneo condená-lo por ter naturalizado a geografia política, algo que às vezes aconteceu na história segundo Raffestin (1993).

Para o autor, o fundamento para compreender o território como uma conexão do ser humano com espaço habitado, está relacionado com o poder, como aponta que é imprescindível entender que o território é posterior ao espaço. O território passa a se formar a partir do espaço que é habitado socialmente, sendo a decorrência de um trabalho dirigido por um ator que realiza uma ação em qualquer nível, pois ao se apropriar de um espaço, pela representação, o ser humano territorializa o espaço onde o está inserido (RAFFESTIN, 1993), para o autor a ideia de que a relação ao território passa para além da visão natural da expressão, passando a ser um conceito que carrega uma definição onde a relação de poder modifica o espaço que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993).

Seguindo para outro pensamento de autor que trata a questão da territorialização e o território, temos Sack (1986), que transcreve a territorialidade como uma forma de estratégia de controle, seguindo de certo modo o pensamento de Raffestin e buscando chamar mais atenção para as multiescalas e para variação temporal.

Enquanto Bonnemaïson (1981 apud: ITABORAHY, 2010) trata do território não apenas como uma fronteira, mas sim também como um conjunto de lugares hierarquicamente conectados por uma rede, ele descreve que o interior do território está

ligado também ao espaço produzido e os grupos sociais que convivem e fundamentam a territorialidade, ou seja, assim como a perspectiva de lugar, a definição de território é carregado de subjetividades culturais, simbolismos e mobilidades. Sendo deste modo o território ganha destaque na palavra do autor como a partir de seu uso, o território usado, de certa forma acaba por estar próximo e permite fazer uma ligação como o conceito de lugar em conjunto com o de território (ITABORAHY, 2010).

Sigo apontando que a dimensão simbólica representativa do poder identitário para território é o que mais se aproxima este trabalho com a atuação criminosa, pois então, o território passa a representar o poder e a identidade, em termos mais específicos, dominar o território representa ter formas de poder variadas. E quando pensamos para além do poder, discutido aqui, chegamos ao conceito de identidade, também de extrema importância, pois a relação da sociedade com o local em que está situada e como o poder é usado em relação a essas populações, muitas vezes aponta para o sucesso ou falha da administração criminosa e do tráfico. Assim é possível notar que a questão do território e a da identidade são de difícil separação, mantendo os, bastante próximos, podendo ser separados, sim, contudo faz com que uma análise fique incompleta, pois a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades produzidas ali (ITABORAHY, 2010).

Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural. Penso a partir então, que para além das perspectivas material e do poder da categoria território, a identidade, o simbolismo e a cultura são dimensões essenciais para sua compreensão (ITABORAHY, 2010)

Se desejarmos uma aproximação com a percepção espacial do território, compreender o valor da identidade cultural na formação da subjetividade aparece como fundamental. Assim, partiremos para a compreensão do que significa a identidade suburbana e seu simbolismo, para num segundo momento entender como ela é responsável por moldar a territorialidade destas populações.

Esse conjunto de transformações históricas e epistemológicas propiciou uma renovação da maneira como se vê e se faz a ciência geográfica. Assim, o que se propõe é que a partir da história do pensamento geográfico e do conceito de território, possa se fazer uma leitura desta categoria no contexto atual, o de discussões sobre a validação ou

não da expressão do território, a partir de afirmações de um suposto enfraquecimento da figura do Estado, ou da contrapartida desta idéia, da potencialização de territórios locais e culturais como aponta SANTOS (1973).

A Criminalidade no Cangaíba

O surgimento dos problemas sociais urbanos junto com a criminalidade atingem os grandes centros urbanos, apontado no atual momento histórico, pelas mídias e políticas implementadas que ao final, pouco contribui para a superação dos problemas. A obra de Biondi (2010) e Feltran (2009) abordam sobre a criminalidade em pontos específicos da cidade de São Paulo, bem como permitem apontar pontos e formas de poder no uso dos espaços e como a dinâmica do crime age em relação ao território onde está inserida. Lefebvre evidencia sobre a urbanização e industrialização abordando o processo que concebe a Ideia da problemática urbana e também caracteriza o tecido urbano no ponto da violência. E quando o autor relata em sua obra sobre essas adversidades, não se deixa ser guiado apenas pela estrutura, mas junto ao fato de se viver em níveis de intensidades altas ou baixas, podendo essa sociedade serem degradadas ou não, Lefebvre reforça a ideia de que o espaço induz, de forma bastante significativa, a comportamentos e hábitos e gera também preocupações com a segurança e a violência da população (LEFEBVRE, 2001).

Na atualidade, a expansão urbana para as periferias, sobretudo nas áreas metropolitanas, associa a desqualificação urbanística caracterizada frequentemente pela insuficiência de equipamentos públicos, acessibilidade e transportes a vários problemas sociais, além da falta de espaços verdes e de espaços públicos. As práticas que ocorrem nas periferias necessitam ser analisadas com o recurso à uma observação teórica e dialética com precisão, em um movimento que revele o sentido e o fundamento dos conflitos que se estabelecem hoje, em torno do espaço (CARLOS, 2011).

A criminalidade é sem dúvida alguma, um dos grandes problemas relacionado à sociedade contemporânea, e com a qual a sociedade brasileira convive já há muito tempo. A discussão sobre a criminalidade pode desenvolver e levar a inúmeras discussões e tentativas de resolução e apontamentos por diversas linhas de pensamento dentro do meio acadêmico. Contudo neste trabalho final de graduação me atento ao fato da territorialização e micro territorialidade envolvendo o crime, trabalho com o fato da administração e o envolvimento dos agentes que trabalham na periferia e dominam e

atuam no espaço, entendo que o tema carrega muito senso comum e uma questão grave, pois atinge praticamente todos os brasileiros e até mesmo a vida dos cidadãos (FELTRAN, 2009).

Assim este trabalho procura compreender as formas como ocorreram a territorialização do crime no bairro do Cangaíba. O crime organiza-se de uma relação social, sendo produzindo dentro de determinado espaço, trazendo uma relação de poder e domínio territorial diferente de como ocorre no rio de Janeiro, mas que disputa seu lugar com outras formas de poder e hierarquia, pois o próprio crime organizado tem sua expansão e praticamente origem junto às cidades e nelas estabelecem territórios onde são praticados (SAMPAIO, 2011; CARLOS, 2011).

Este trabalho pretende-se a entender a relação entre o espaço da cidade e a atuação criminosa, sendo o uso e dominação desse espaço em proveito do “Comando” e mesmo dos habitantes as proximidades, pois se há algum benefício ou não em morar em locais próximos das “Lojas”, locais onde é o centro de distribuição de drogas e pode, ou não, ser uma sede administrativa, a sede administrativa pode muito bem ser a casa do gerente ou de algum outro integrante ou trabalhador do “Comando”, enquanto que a “Loja” passa a ser apenas a distribuidora dos produtos, no caso da “Loja” ser também a administração, o local passa a ser muito mais protegido e vigiado, fazendo usos de câmeras de segurança, armamentos e “Carros de fuga”, na realidade são motos. Não é muito usual que uma “Loja” desempenhe ambas as funções, mas não é raro.

Esses territórios determinados pelo “Comando” não há a “permissão” de ocorrer assaltos, ou seja, há uma “lei do crime” (BIONDI, 2018), o que impede dos seus agentes atuarem em exercícios que não sejam para o bem da “Loja” e consequentemente do “Comando”, mas essas leis podem ser mutáveis dependendo do seu “Gerente”, assim outros lugares não necessariamente dispõem dessas “leis” que transformam os agentes do crime chamados “irmãos” que visa auxiliar, de alguma maneira, a comunidade (FELTRAN, 2009) para “Soldados”, agentes que atuam não mais em prol da comunidade, mas apenas da “Loja”.

Essas e muitas outras diferenças contribuem para uma descentralização do crime organizado, informações essas passadas pelos entrevistados que chamarei aqui de S. E. e A. V. afirmando que a lei do “comando” é o “corre certo”, não podendo “vacilar com os meninos”. Isso tem um significado no bairro do Cangaíba, o de que a liderança atua de forma diferenciada, com relação a outros bairros, o “gerente geral” da “quebrada” é peça antiga no “esquema”, o que também permite nos pensar que o envolvimento de

alguns anos possa fazer o “gerente” ter certa consideração com as pessoas que habitam o bairro, fazendo com que o poder e o uso do território não apenas vise o lucro capitalista para a “Loja”, mas também evite o medo e o aumento da criminalidade.

A abordagem presente nesta pesquisa considerará realizar um estudo etnográfico para descrever e abordar como ocorre, nestes locais, o encontro ilegal de vendas de drogas e como ocorre a administração das funções da criminalidade nesses espaços que são chamados de lojas, biqueiras ou mesmo pontos, assim como discutir os usos da linguagem que se difere de outros locais da cidade e os atores que pleiteiam e concorrem como participantes nesses mercados (FELTRAN, 2009).

O crime no bairro ocorre de maneira coordenada e organizada, ou seja, há uma mesma liderança, o que padroniza a relação social e como ocorrem os limites do território e atuação dos agentes do trafico de drogas, a relação com o comércio e os moradores das regiões próximas. A “gerência” do bairro é administrada para que não ocorra crimes nas proximidades, o que acaba dificultando os negócios e passa a chamar a atenção da policia, os números dos crimes ocorridos no bairro são relativamente menores do que em outros bairros, principalmente por se tratar de um território com ao menos cinco favelas assentadas a pelo menos 20 anos no mínimo (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

Redefinição dos Processos da Periferia e o Crime Organizado

Para este trabalho interessa o aporte das cidades no ponto específico dos mercados que mais cresceu e se diversificou, no Estado de São Paulo, ao longo das ultimas décadas. A concentração de renda, nas mãos das classes mais privilegiadas ajudou bastante nas dinâmicas que alimentaram os processos de urbanização acelerada e a criminalidade nos subúrbios da cidade, ambas reforçadoras das atribuições urbanas desempenhadas pelas cidades e, no que diz respeito ao crime, foi beneficiada pelos processos constituídos (CARLOS, 2011).

A redefinição da periferia urbana, em termos das formas produzidas e de seus conteúdos. Assim, o que se observa é a contraditória lógica das construções divisões dos conjuntos habitacionais estabelecidos pelo poder público da cidade de São Paulo, como loteamentos populares, deixados para a construção da própria população, transformando a paisagem urbana e resultando de um outro benefício que é bastante usado pelas

organização criminosa na distribuição e administração das drogas e manutenção das “lojas”, enquanto os loteamentos voltados as pessoas de maior poder aquisitivo, eram muitas vezes fechados e controlados por sistemas de segurança particulares. Esta pluralização da paisagem e dos conteúdos da periferia urbana revela novas práticas socioespaciais, novas formas de diferenciação e segregação urbana e, por fim, aponta para uma fragmentação territorial e social da cidade (KOWARICK, 2000; SAMPAIO, 2011; CARLOS, 2011)..

Salientando esses certos pontos é importante ressaltar que Milton Santos (1993) já estabelecia a periferia não somente pelo ponto de vista morfológico, porém apresentava seu menor grau de coesão ou participação na estrutura urbana e atribuía ao pensamento crítico com conteúdo social muito particular. Não foi raro durante a história da cidade que, muitas vezes, a iniciativa privada foi incumbida, ou muitas vezes mesmo se alto denominava para tal feito, de instituir os loteamentos das terras, essa medida muitas vezes não necessariamente atendia as exigências da legislação urbana quanto ao tamanho e metragem dos lotes, largura das calçadas usos de áreas verdes e entendimento de infraestrutura, assim portanto, sem aprovação de seus projetos, tornado inviável a aquisição de seus lotes para pessoas de baixas rendas.

Segundo Milton Santos (1990), a relação entre atividades e serviços cuja utilização supõe a presença do usuário no lugar, como a educação e a saúde, ajuda a explicar a queda da qualidade de vida na aglomeração e a acessibilidade cada vez menor a tais serviços dos estratos mais pobres. Isso equivale a um empobrecimento ainda mais sensível dessas populações e das classes médias, pelo fato de que, para aceder a esses bens que deveriam ser fornecidos pelo poder público, essa camada tem de pagar. A maneira como a cidade é organizada e urbanizada, atrai ainda mais pessoas pobres, sendo que também a própria cidade promova ainda mais gente pobre devido a desigualdade e as disparidades sócias e econômicas. O espaço é instrumental à produção de pobre e de pobreza: um argumento a mais para considerarmos o espaço geográfico não apenas como um dado ou como um reflexo, mas como um fator ativo, uma instância da sociedade, como a economia, a cultura e as instituições.

Do ponto de vista urbano a cidade produz verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias básicas, mas, no geral, com graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, favelas onde abrigam as populações mais pobres e que se gastam várias horas por dia no percurso entre a casa e o trabalho, nesses locais impera a violência dos bandidos, da

polícia, quando não dos "justiceiros". Lá é por excelência o mundo da subcidadania (KOWARICK, 2000).

A análise da produção da periferia urbana em São Paulo para analisar as formas de investimentos públicos em áreas da cidade onde a população de baixa renda habita, considerando-se os mandatos do executivo municipal. É possível fazer um entendimento das periferias metropolitanas brasileiras, que representariam territórios nas cidades, principalmente São Paulo onde os empreendimentos habitacionais massificados implantados a partir da década de 60 teriam levado à constituição de espaços de condições de vida bastante precárias.

A ação pulverizada dos produtores privados e a inação do Estado teriam levado à construção de espaços metropolitanos caracterizados por um gradiente decrescente de condições de vida, inserção no mercado de trabalho e acesso à renda de centro para as periferias (SANTOS, 1993; KOWARICK, 2000)

A periferia convive diariamente com a criminalidade e através da perspectiva de investigação etnográfica a partir do conceito de “território” e suas variantes de análise difundida na Geografia contemporânea como as concepções de territorialização e micro territorialidades e onde esse trabalho se alicerça de fato é o método etnográfico onde é possível encontrar certas especificidades de trabalhar em campo compondo técnicas e procedimentos de coletas de dados associados a uma prática a partir de uma convivência, no caso específico deste trabalho, mais prolongada do pesquisador junto ao grupo social que foi estudado (ECKERT, 2000; OLIVEIRA, 2006). A prática da pesquisa demandou uma produção de dados de conhecimento estreito a partir de uma inter-relação entre o pesquisador e as duas favelas pesquisadas, bem como seus agentes em questão, que interagem no contexto abordado pela pesquisa, a pesquisa abordou uma técnica de pesquisa e observação direta, em conjunto com conversas informais.

Nesse sentido, considera-se que o percurso textual, em especial a criminalidade de São Paulo do bairro do Cangaíba na zona leste de São Paulo, possa ser contextualizado e explicado pelas noções e conceitos fundamentais para a ciência geográfica, como é o caso do território, considerando os aspectos do envolvimento e direcionamentos do “Comando”, grupo do crime organizado que administra a região e define os rumos e atuação de tais grupos envolvidos, que por sua vez configuram a rede do crime e que levam a uma rede organizada no bairro, porém descentralizada no que consiste a toda a cidade de São Paulo e no que aponta para um grupo grande como é o PCC.

Nas cidades brasileiras, embora haja segregação, essas populações muitas vezes ocupam espaços contíguos, fazendo com que os territórios se constituam em áreas heterogêneas, abrigando realidades completamente distintas. Os elementos que se encontram no território, sejam eles naturais ou construídos pela ação humana, caracterizam não somente a paisagem, mas as condições de infraestrutura e os fluxos que se estabelecem por meio da interação das pessoas com esses elementos, conferindo ao território características de dinamicidade e mutabilidade. Há pessoas que moram ao lado do trabalho e outras que levam horas para se deslocar até ele.

Uma cidade é capaz de produzir o lugar dos ricos e o lugar dos pobres, das indústrias e do comércio, dos fluxos e circulação de mercadorias, bens e serviços e também produzir riscos diferenciados para cada indivíduo ou grupo social. Sua estrutura espacial é necessariamente heterogênea, resultado da permanente ação da sociedade sobre a natureza. Esse espaço produzido socialmente se configura como um território que exerce pressões econômicas e políticas sobre a sociedade, criando condições particulares para sua utilização por cada ator social.

Cada território tem as suas particularidades, que configuram diferentes perfis demográficos, epidemiológicos, econômicos, sociais, culturais e políticos, os quais se encontram em constante transformação. O diálogo com os atores, para que tenham poder de atuação sobre a realidade onde atuam e à qual também pertencem. O Sujeito que faz parte do território onde mora, também, e principalmente, pode ser alguém que não sabe que há diferentes concepções de território, que estarão relacionadas com as diferentes concepções do processo da lógica capitalista e do modelo socialmente adotado.

Hierarquias do “Comando”

A construção da lógica do crime organizado, lida diretamente com a periferia, o “comando” atua no espaço, muda e torna o ambiente mais adaptado ao atendimento das necessidades do crime, que, quanto mais é urbanizada, mais necessidades apresenta. As transformações afetam a todos, mas não são feitas por todos e para todos. Existem mudanças que beneficiam um grupo de pessoas, mas prejudicam outras. A instalação de uma “loja” em um bairro, por exemplo, pode gerar insatisfação de alguns moradores, que observam as ações dos agentes que agenciam emprego do crime de forma negativa, não que de alguma forma seja benéfica, mas depende muito da situação do local e as

pessoas que ali vivenciam e lidam com essa experiência social, em termos mais específicos, a mudança da dinâmica do acesso ao comércio e serviços, mas a insatisfação de outros, que ficam incomodados com o aumento no fluxo de pessoas e as relações com os agentes do tráfico que podem depender da administração imposta pelo “gerente”, assim ocorre de aumento de veículos, com a concorrência com o comércio local etc.

Apesar de em alguns casos a administração de uma “loja” possa trazer certos benefícios ao território onde está situado, acaba gerando, para sua instalação ou adequação, encargos financeiros, sociais e estruturais o que pode ser um problema para muitas famílias. Em todos os territórios, as pessoas vivem em condições diversas. Por exemplo, os locais mais periféricos podem apresentar aspectos completamente diferentes das áreas onde as pessoas usufruem de melhores condições sociais e de acesso a bens, assim como, uma loja pode mudar completamente de um local para o outro, encontrando territórios completamente diferentes em termos de infraestrutura, administração, dinâmicas e atuações.

As famílias de maior renda localizam-se nas melhores áreas, restando aos de menor renda os lugares de piores condições para a residirem dentro da sociedade. De acordo com BIONDI (2010), a localização das populações resulta da história da ocupação e apropriação do território, juntamente às circunstâncias de vida das pessoas, como o nível econômico e sua inserção nos processos produtivos, que determinam as desigualdades sociais. Essas desigualdades têm o efeito de juntar os semelhantes, dando origem ao processo denominado segregação espacial. A segregação tem diversas consequências, dentre as quais se destaco as que estão ligados ao tráfico de drogas. A primeira, a desigualdade em si.

As camadas mais pobres da população, com menos recursos, são justamente as sofrem mais e consequentemente onde ocorre a maior parte das “lojas” e onde a maior parte do tráfico é comandada pelo “Gerente”, que gastam mais tempo com o emprego dos agentes em transporte diário da mercadoria transportada para outros locais de melhor condição social e com mais recursos, infraestrutura, recrutamento de “Expressos”, jovens iniciantes no crime, e “Soldados”, agentes armados que por sua vez podem acessar escolas públicas de menor qualidade e assim recrutam a partir de lá em um lógica de poder. A segunda consequência é o enfraquecimento das relações familiares, pois cada segmento do crime encanta o jovem com a promessa de poucas horas de trabalho por semana, salário muito acima do oferecido no mercado formal e

um plano de carreira bem definido pelo “Comando”. Pois não devemos nos esquecer que o “Comando” é parte do Crime Organizado, e, este por sua vez é uma empresa, não mais é aquele pensamento do começo dos anos 2000 onde o jovem desejava ser traficante por ser a única profissão que o jovem percebia como acesso, em um imaginário social precário, hoje muitos jovens não entram no crime para salvar a sua comunidade e ajudar a população, como foi o caso dos chamados “Pais de Favela”, traficantes que faziam uso do dinheiro do tráfico para ajudar a população mais carente, comprando remédios, materiais de construção e distribuindo cestas básicas para famílias em situação extrema, mas sim, nos dias de hoje, por conta dos inúmeros “benefícios” de se “trabalhar no crime”, apesar do flerte com a morte e a crescente possibilidade de ser preso em operações policiais. São essas as oportunidades duvidosas dadas pelos traficantes aos jovens com idades ente 14 a 17 anos, a maior parte sem formação cultural é carente de estrutura familiar, como dito anteriormente (FELTRAN, 2009).

Cada vez mais se torna difícil de convencer os jovens a aceitar um subemprego “honesto”, por trabalhar por um salário baixo que não dá para compra um tênis, as melhores ofertas estão no crime, isso também por conta da dinâmica social que ele traz, ser do crime muitas vezes permite ao jovem conseguir relacionamentos amorosos, fora ameaçar outras pessoas que por algum motivo tenham “tretas” com os mesmos. Tudo associado ao fato do jovem se sentir obrigado a pegar duas conduções para ir ao trabalho e voltar e ainda exigir que ele vá para a escola pública à noite (FELTRAN, 2009). O crescimento rápido, mas perigoso partindo da lógica capitalista sendo o agente um produto do sistema, necessários para estar lá quando o assunto é os verdadeiros chefes do crime, mas que não discutirei neste trabalho as verdadeiras e poderosas chefias do crime organizado que estão bastante longe das periferias e mesmo de presídios.

Ao Adentrar no crime dependendo da idade e do local, periferia ou mesmo nos presídios o agente do crime pode entrar como “Expresso” ou “Soldado”, sendo o primeiro responsável por cuidar dos negócios, mas muita vezes acaba sendo o entregador das “cargas” e o olheiro da “loja” enquanto o segundo é o responsável por defender, somente depois de algum tempo e dedicação é que o agente pode se tornar um “Gerente da loja”, mas dificilmente chega a ser um “Chefia Geral”, cargo específico para aqueles que estão há muitos anos no “Comando” ou mesmo que ajudaram a fundar ou de alguma forma “Herdaram” o trampo, ou seja, foram apadrinhados por chefias

anteriores e agora dispõe de uma posição mais alta dentro da estrutura de poder da facção criminosa (BIONDI, 2010).

Discussão Teórica

Inúmeros trabalhos indicam, para essas muitas dificuldades de determinar as dimensões do fenômeno da criminalidade, o chamado “trabalhar no crime” praticado nas grandes cidades brasileiras vem crescendo significativamente nas últimas décadas e o que mais chama a atenção são as condições do trabalho, pois ela vem mudando de acordo com o padrão imposto pelo crime organizado (FELTRAN, 2008). Contudo, apesar de ser um problema em escala nacional, a pesquisa aborda no presente texto, especificamente, duas favelas no bairro do cangaíba, na zona leste de São Paulo. A escolha do lugar ocorre devido à possibilidade, como um caso singular, de ter vivenciado e passado boa parte do tempo na região e sendo assim, uma alta possibilidade de conseguir fragmentar e entender as dinâmicas ali presente.

A relação simples entre espaço e sociedade para explicar os fatos urbanos não é suficiente, como de fato, levanta Lefebvre. Um urbanismo que garanta espaços de qualidade e seguros é fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população. Sem dúvida, o crescimento da violência e da criminalidade urbana nos últimos anos foi impulsionado por fatores que encontram suas raízes na problemática socioeconômica e no contexto histórico/ cultural das cidades, destacando-se aí o processo desigual de urbanização (LEFEBVRE 1968; SANTOS 2020).

Seguindo pela abordagem referente ao Novo Urbanismo Militar, o pensamento crítico é sempre bem evidenciado, pois permite respondermos sobre questões caminhos para um entendimento voltado, no caso em específico dessa pesquisa, a criminalidade, sendo um dos diagnósticos sobre esse tema a partir da observação segundo Santos (2020, p. 114) “seria o a capacidade do estado se tornar mínimo no levantamento de barreiras contra a irresponsável liberdade de capitais e o amparo às camadas mais empobrecidas, contudo se agiganta como forma de controle social” fazendo com que as dimensões seja aumentadas na vigia e enfrentamento da punição, sendo bastante visível no investimento crescente em forças armadas para disciplinar e nas penitenciárias (GRAHAM 2011).

Em seu livro Henri Lefebvre (1968), aponta que a urbanização tornou-se uma forma de pensamento e prática o que permite firmar como objetivo os problemas vindos

dessa nova sociedade urbana, assim esta pesquisa tem por posição não se colocar como uma como uma análise distante das relações pessoais no subúrbio da zona leste, mas não tentarei também constituir especulações a cerca do assunto tratado aqui. Apresento nesta pesquisa algumas interpretações de autores vindas de pesquisas, como teses, literatura especializada e artigos, bem como entrevistas, diluídos ao longo do texto, com esses agentes do crime para uma investigação que exponha um resultado qualitativo da pesquisa.

As favelas das cidades contemporâneas, também podem ser vistas como o lugar do medo. A criminalidade violência urbana tem aumentado muito, pois esse medo é construído socialmente e que afeta a coletividade (GRAHAM, 2016). Esse medo é usado como instrumento de coerção por determinados agentes que vem alterando profundamente o território da cidade e assim, a vida cotidiana da população. Ou seja, há um relação entre o percebido e concebido pelo pensamento do coletivo que permite moldar o tecido urbano atual com um novo padrão de organização das diferentes esferas sociais no espaço urbano (CARLOS, 2011).

Entre o Crime, a Cidade e a Produção do Espaço

A partir dos trabalhos Henri Lefebvre a problemática sobre o espaço passa a figurar na agenda teórica e de base para análise crítica do espaço urbano enquanto nas ciências sociais e as questões sobre o espaço têm recebido grande atenção, estendendo-se para além da Geografia. Na essência, isto está ligado aos processos combinados de novas formas de produção do espaço urbano que contribuem para a instauração de novas práticas socioespaciais, dando suporte à mudança ou diversificação de papéis desempenhados pelas cidades na divisão territorial do trabalho e, ao mesmo tempo, propiciando a transformação do próprio sentido da cidade, nos dois âmbitos destacados por Henri Lefebvre o mais amplo da historicidade.

Esse processo gera a redefinição da própria estruturação urbana, a partir da ideia de que a organização do espaço urbano se modifica frequentemente causando alguns estranhamentos na população ao logo do tempo que fazem as população ter um certo estranhamento ao local e perder as memórias vivenciadas naquele espaço (CARLOS, 2015). O entendimento que as formas e atribuições urbanas orientam as formas de uso e apropriação do espaço urbano, fazendo seguir em direção à sua expansão vertical o que provoca o aprofundamento das desigualdades sociais, pois a cidade passa a ser vendida

em pedaços específicos, enquanto algumas frações de um território denso de possibilidades objetivas e de conteúdos subjetivos, expressos em diferentes significados. A contradição ocorre, pois no mesmo momento em que a produção do espaço tenta oferecer a novidade para a população, acaba produzindo uma homogeneidade, que as estratégias imobiliárias se repetem constantemente, Não somente em São Paulo, mas em diferentes cidades, ocasionando em um fator muito discutido em ter os autores, para que as novidades envelheçam, sucessivamente os novos produtos ganhem preços maiores no mercado. (CARLOS, 2015; LEFEBVRE, 1966; GRAHAM, 2016).

A teoria da produção do espaço de Lefebvre tem um profundo significado de análise, pois encontra-se especialmente no ponto que integra sistematicamente as categorias da cidade em conjunto e com abrangência também do espaço em uma teoria social, trazendo compreensão e possibilitando uma análise mais aprofundada dos processos espaciais em diferentes níveis e escalas. A sua reestruturação teórica nos ajuda a compreender o controle do capitalismo sobre as cidades pós-modernas e, portanto, contribui para o entendimento das conjecturas sobre a produção do ambiente e o espaço urbano. Isto que segue o maior entendimento dos elementos que formam a estrutura básica e explicita os fundamentos da epistemológicos baseado-se em ampla análise e reconstrução de sua teoria da produção do espaço.

No seguimento da sua obra, Lefebvre desenvolveu uma versão da dialética que foi, em todos os sentidos, original e independente, partindo de um ponto determinante a cercada da teoria da linguagem (LEFEBVRE, 1966), onde o espaço social é um produto social, para entender este pensamento fundamental é, antes de mais nada, preciso romper com a concepção generalizada de espaço, imaginado como uma realidade material independente, que existe. Indo em direção contra essa visão, Lefebvre, utilizando-se do conceito de produção do espaço, propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente atado à realidade social do que se conclui que o espaço colocado como uma extensão própria jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em propriamente como uma “entendida”, mas sim é produzido.

O espaço representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. Tempo, por outro lado, denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social. Sociedade aqui não significa nem uma totalidade espaço-temporal de “corpos” ou “matéria”, nem uma soma total de ações e práticas. São centrais para a teoria materialista de Lefebvre, os seres humanos em sua corporeidade e sensualidade,

sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas. Lefebvre constrói sua teoria da produção do espaço social e do tempo social a partir dessas suposições.

A expansão da criminalidade e a violenta sociabilidade urbana nas duas favelas localizadas no bairro do Cangaíba na zona leste de São Paulo que são o foco deste trabalho faria com que fosse feita uma discussão e comentários acerca da atividade policial violenta em abordagens históricas no local. Contudo este não é um dos focos principais desta abordagem, mesmo que sim, possamos discutir sobre o novo urbanismo militar como analisa Stephen Graham com o processo de desenvolvimento e a consolidação dessa militarização da sociedade civil, com o pensamento das extensões das ideias militares de identificação e seleção nos espaços e meios de circulação da vida cotidiana, principalmente na expansão do crime (GRAHAM, 2016).

A morfologia nas periferias faz parte de uma paisagem que está sempre em mudança. A análise dos elementos que fazem parte dessa morfologia urbana, como as ruas, edifícios, muros, calçadas, espaços públicos, torna-se essencial ao entendimento de como as formas também estimulam ou inibem, concentram ou dispersam, fazem com que a “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. (SANTOS, 2020).

De acordo com a perspectiva de espaço e tempo não são puramente fatores meramente materiais. Eles são entendidos como sendo aspectos integrais da prática social. Lefebvre (1968) percebe a relação do espaço como um produto social, resultado e pré-condição da produção da sociedade. Por questão metodológica, o espaço não existe de forma universal. Como eles são produzidos socialmente, só podem ser compreendidos no contexto de uma sociedade específica. Dessa forma, espaço e tempo não são apenas relacionais mas fundamentalmente históricos. Isso demanda uma análise capaz de considerar as questões sociais, relações de poder e conflitos relevantes em cada situação.

Como o espaço é produzido socialmente é uma das características de entender a teoria de Lefebvre é a compreensão de que a produção do espaço pode ser dividida em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados. Lefebvre também os chama de forma momentos da produção dos espaços que são duplamente determinados e da mesma forma duplamente designados. Por um lado, eles se referem à ideia da prática espacial, representações do espaço e espaços de representação. Por outro lado, eles se referem ao espaço “percebido”, “concebido” e “vivido”. Esta série paralela

aponta para uma abordagem dupla do espaço: uma fenomenológica e outra lingüística ou semiótica. Na obra de Lefebvre, entretanto, essas três dimensões existem em um estado de incerteza. Fiel às suas premissas epistemológicas, Lefebvre as introduz primeiramente como aproximações.

A Territorialização e História do Bairro

O bairro estudado neste trabalho situa-se na zona leste de São Paulo, de porte grande a região é maior que muitas cidades do Brasil, a situação econômica e social foi escolhida como objeto de estudo do presente trabalho. Para a realização das análises, foram escolhidos um período de cinco anos de ocorrência de três principais crimes ocorrido no bairro para objeto de estudo e serem sustentados para a análise deste trabalho. Entre os anos de 2012 a 2017, foram analisados os seguintes crimes furto e roubo, homicídio e tráfico de entorpecentes e seus derivados, a partir dos dados obtidos junto ao banco de dados da Polícia Civil. Os estudos dos crimes mais recorrentes na cidade, durante o período analisado, permitiram à compreensão de que a forma e o perfil dos delitos que mais ocorrem se alteram com o tempo, além de ter permitido visualizar a relação que existe entre todos os outros crimes com o tráfico de entorpecente e como o crime dominou e se fixou no bairro. Assim, ainda foi analisado especificamente o tráfico e os locais onde mais atingem, deixando determinados espaços mais ou menos vulneráveis de acordo com a lei e a ordem do “Comando”. Sendo este estudo de extrema importância pela possibilidade de entender que a ferramenta de territorialização do crime possibilita a identificação da ocupação dos mesmos no espaço urbano.

A ocupação do bairro bastante extenso territorialmente e controverso, pois as definições dos reais espaços que pertencem ao mesmo são amplas, o local que foi sendo ocupado ao longo do tempo, de modo desigual, no passado, especificamente até 1890 era uma fazenda produtora de café por pessoas organizadas socialmente elitista, enquanto culturalmente das mais diversas etnias índios, bandeirantes, jesuítas, negros e imigrantes. No mesmo espaço territorial, existem diferentes atores sociais, com diferentes interesses e forças, por isso o território acaba sendo o resultado dessas transformações, muitas vezes conflituosas. A ação humana vai modificando não apenas a paisagem, mas também, e principalmente, o modo de vida das pessoas.

De uma forma mais específica a formação do Cangaíba, segundo MENDES (2010), faz parte da história do desenvolvimento da cidade e da região da zona leste. O

bairro foi erguido ao redor da antiga Estrada do Cangaíba, atual Avenida Cangaíba, a avenida que dá nome ao bairro é uma ladeira não muito íngreme que se encaminha em direção ao vale do Córrego do Tiquatira, tem em seu trajeto tortuoso sobre o espigão estreito e avança pelo terreno elevado da região e segue rumo ao leste, em direção ao distrito de Ermelino Matarazzo.

Como limite, ao norte, o distrito encontra a Avenida Dr. Assis Ribeiro e o Rio Tietê. No extremo sul, o córregos Tiquatira delimitam o final do bairro e se encontra com o bairro da Ponte Rasa, já próximo à Avenida São Miguel. Como dito anteriormente a denominação do bairro tem origem duvidosa, algumas fontes remetem, sem muito precisão, a um ribeirão de mesmo nome.

As dificuldades de ocupação da região na primeira metade do século passado foram expressivas. À proximidade da Penha seriam sempre contrapostos o terreno íngreme e as várzeas do Tiquatira e do Tietê, com seus brejos. As enchentes regulares seriam alternadas com ocorrências extremas que marcam a história da região por sua magnitude. As atividades desenvolvidas no bairro vão além das mencionadas. Data de janeiro de 1920 a anotação, em protocolo municipal, de pedido de licença para uma fábrica de amidos e fecularia na estrada local.

O pedido enfrentou um processo tortuoso e revelador da condição do bairro na época que dizia que o terreno estava fora da cidade e do perímetro suburbano, julgava que não carecesse de licença e muito menos que fosse obrigatório o recuo de 4 m da rua, porque aquela via não se pode denominar estrada, mas sim um simples caminho devido ao trânsito nulo que tem em virtude das fortes ladeiras que nele existem (Arquivos da Prefeitura de São Paulo, 2010).

A zona rural da qual fazia parte o Cangaíba acabou sendo ocupada lentamente de oeste para leste. A abertura do ramal ferroviário variante de Poá, no início da década de 1930, e as primeiras indústrias, em especial as de grande porte que ocuparam Ermelino Matarazzo, estabeleceram novas perspectivas de desenvolvimento para a região. Em 1935, a Companhia Nitro Química, em São Miguel, e, uma década após, a Cispor (atual Owens-Illinois do Brasil), produtora de garrafas, estabeleceram marcos industriais em plena paisagem rural, ladeados por matas, pela várzea do Tietê e pela linha de trem (Arquivos da Prefeitura de São Paulo, 2010).

A configuração geral da ocupação parece não ter mudado até a década de 1970. A ocupação residencial permaneceu predominante e avançou rumo a Engenheiro Goulart, mantendo, porém, grandes terrenos vazios no quadrante nordeste onde se

deram o início de algumas favelas. A outrora Estrada do Cangaíba estabeleceu-se como importante via regional, reunindo comércio e serviços. Tortuosa, foi alargada apenas em 1969, quando recebeu a denominação de avenida, sendo alterada sua numeração. Logo após, foi prolongada em direção ao Jardim Danfer, loteamento cujo nome remete ao então dono das terras Daniel Ferreira. Anunciou-se naquele momento a canalização do Tiquatira, que seria efetivada, porém, apenas no início da década de 1980, com a criação de uma favela no antigo terreno da SABESP e mais outras favelas próximas a avenida que ocorreu o aumento significativo da malha urbana com a criação de mais avenidas, foram pavimentadas as antigas ruas de terra, o que permitiu avançar rumo ao fim do longo período de isolamento, com a integração do bairro ao tecido urbano da metrópole (Arquivos da Prefeitura de São Paulo, 2010).

Conclusão

O crime e suas conseqüências estão intrinsecamente ligados ao fato da produção de riqueza, a riqueza por sua função natural e que a denota no seu ato de produzir significativos elementos que são evidenciados na cidade. Como construções e modificações no aparelho urbano que podem alterar a percepção afetiva dos moradores e suas histórias com o local, baixa qualidade de vida, desemprego, dificuldade no acesso a saúde, saneamento, transporte.

Ao escolher focar a pesquisa etnográfica nesses lugares foi possível identificar as formas e os meios de ação do “Comando” de controle do território e como esses mecanismos são trabalhados, no caso específico da pesquisa, a linguagem do crime e a organização dos pontos de distribuição de drogas, assim como os termos usados no bairro do Cangaíba de forma próxima da participação desse mercado. Sendo o objetivo da pesquisa contrapor a noção de “ponto”, “biqueira” ou “loja” em relação as formas variadas que os agentes podem trabalhar e administrar a região pensando as maneiras de como, através das quais, a regulação desses mercados é construída por seus agente. A relação que posso concluir é que se estabelece e constrói em um espaço social as administrações e chefias conhecidas como “Pai de Favela”, ou mesmo “Gerente” atuam próximos a população local, onde a distinção entre o legal e o ilegal acaba dependendo de determinadas permissões para ocorrerem como fatores econômicos, sociais e políticos dos agentes e das mercadorias que são comercializadas, sendo dessa maneira,

em certos momentos, ocorre um aparente equilíbrio de permissões e negociações que garantem a estabilidade necessária para que as práticas econômicas do crime possam ser efetivadas (FELTRAN, 2009; ENDO, 2005).

Bibliografia

ABREU, M. (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1992.

ACSELRAD, H. (org.) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BIONDI, K. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. 1. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BIONDI, K. *Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome / Editora Gramma, 2018

GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 5.ed. São Paulo: Contexto: 2001

CARLOS, A. F. A. et. al. *Produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHUDACOFF, H. *A evolução da sociedade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DAMIANI, A. L. *Urbanização Crítica e Situação Geográfica a partir da metrópole de São Paulo*. In CARLOS A. F. et. al. (org). *Geografias de São Paulo: Representação e Crise da Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004

ECKERT, C. e ROCHA, A. L. C. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

ECKERT, C. e ROCHA, A. L. C. *Etnografia de rua e câmera na mão*. Revista Eletrônica Studium. [http://www.studium.iar.unicamp.br/oito/2.htm?=-](http://www.studium.iar.unicamp.br/oito/2.htm?=)

ENDO, P. C. (2005). *A Violência no Coração da Cidade: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta.

FELTRAN, G. S. *Fronteiras de Tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008

FUINI, L. L. *O território e suas variantes: uma incursão pela geografia na pós-modernidade*. pesquisa de Pós-doutorado “Território e Geografia no Brasil: uma análise da produção científica no período contemporâneo” (Processo 322-Prope/Unesp), desenvolvida no âmbito da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP-Presidente Prudente e do Grupo de Pesquisa sobre Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GASPERR), tendo a supervisão do Prof. Dr. Eliseu S. Sposito.

GRAHAM, S. *Cidades Sitiadas: O novo urbanismo Militar*. São Paulo: Boitempo, 2016

HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

ITABORAHY, N. Z. *A geografia, o conceito do território e os processos de territorialização das comunidades quilombolas: primeiras aproximações*. Minas Gerais Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 2001.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2019, <http://https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784 /> , 2019.

SAMPAIO, R. A. *Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana*, Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP – Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 148. 2011

SANTOS, C. S. *Espaços Penhorados e Gestão Militarizada da fronteira Urbana*. In. BARROS, A. M. L. et. al. (org). *Geografia Urbana: Cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos*. Pág. 273-298; Rio de Janeiro, Consequência. 2020.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo. Edusp. 1993

SANTOS, M. *O Espaço Dividido*. São Paulo. Edusp. 1979

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, L. A. M. et al Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007